

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 – 6º BIMESTRE (NOVEMBRO E DEZEMBRO)

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, foi instituído pela Lei Municipal n.º 154/92, alterado pela Lei Municipal n.º 078/2000, atualizado através da Lei Municipal n.º 35/2008 e regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 135/2014. De conformidade com as normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da Instrução Normativa n.º 36/2009, a qual estabelece procedimento para atendimento, em sede de execução orçamentária, do efetivo cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais, apresenta através da Secretaria Municipal de Assistência Social o seguinte relatório:

#### I – DAS AÇÕES NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2017 – 6º BIMESTRE.

No 6º bimestre de 2017 a Secretaria Municipal de Assistência Social com apoio e colaboração do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA programaram e buscaram concretizar ações de assistência social voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes do Município, através das seguintes ações:

a) **Casa de Passagem Bom Jesus** – Esta Entidade proporciona acolhimento institucional provisório à crianças e adolescentes encaminhados através da Vara da Infância e Juventude, Ministério Público e Conselho Tutelar que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social. Concedendo moradia provisória dentro de um ambiente residencial e acolhedor, garantindo a satisfação das necessidades básicas e sócio-educacionais as crianças e adolescentes acolhidos. Neste bimestre não houve crianças acolhidas.

b) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA e Conselho Tutelar** – ~~Estes Conselhos juntamente com o órgão gestor da área da Assistência Social e parcerias realizadas buscaram garantir as necessidades básicas das crianças e adolescentes do Município. Também o Conselho Tutelar realizou neste bimestre os seguintes atendimentos:~~

- Das medidas pertinentes aos Pais ou Responsável, Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90:

- Encaminhamento a cursos ou programas de orientação: 06
- Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar: 04
- Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado: 01

- Advertência: 112

- Das medidas específicas de proteção a Criança e ao Adolescente, Art. 101 da Lei Federal nº 8.069/90:

- Encaminhamento aos pais ou responsáveis: 112;
- Orientação, apoio e acompanhamento temporários: 180;
- Matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino: 04

- Inclusão em programa comunitário ou oficiais de auxílio a família, a criança e adolescente: 06
- Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial: 09
- Inclusão em programas oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos: 04
  - Das atribuições do Conselho, Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90:
- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infrações administrativas ou penal contra o direitos da criança e do adolescente: 07
- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101 de I a IV, para o adolescente autor de ato infracional: 05
- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário: 03
- Representar em nome de pessoas da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220 parágrafo 3º, inciso II da constituição Federal: 02
- Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural: 02
- Expedir Notificações: 164;
  - Ficha do Fica: 68;
  - Atendimento geral: 397.

## II – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

### a) DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em obediência as normas contidas na Instrução Normativa 36/2009, a execução orçamentária compreendendo o empenhamento, a liquidação e o pagamento das despesas, foi realizada da seguinte forma:

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o vínculo com os recursos.			
Exercício de 2017 – Anexo 8, da Lei 4.320/64			
Valores acumulados até o 6º bimestre			
*6º BIMESTRE			
Classificação Orçamentária	Descrição	Valor aplicado	
08.000.0000	Assistência Social	1.437.087,62	
08.122.0000	Administração Geral		
08.122.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	707.484,48	
08.241.0000	Assistência ao Idoso		
08.241.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	41.147,97	
08.242.0000	Assistência ao Portador de Deficiência		
08.242.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	0,00	

# Município de Catanduvas

CNPJ: 76.208.842/0001-03

*De mãos dadas com o povo*



Gestão 2017/2020

08.243.0000	Assistência a Criança e ao Adolescente	138.298,42	
08.243.1201	Compreende as atribuições institucionais do Município na Política de atendimento da criança e adolescente, em conformidade com a Lei Federal no 8069/90.		
08.244.0000	Assistência Comunitária	550.156,75	
08.244.1200	Gestão Municipal de Assistência Social		

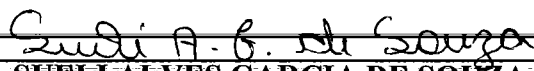
\* valor apurado empenhado no 6º bimestre: 28.041,53 (vinte e oito mil, quarenta e um reais e cinquenta e três centavos).

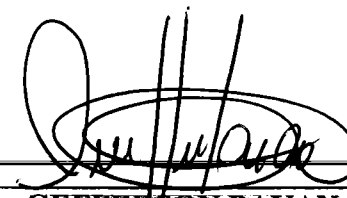
Fonte: Departamento de Contabilidade Municipal

Pelo demonstrado no presente relatório, observa-se que o Município de Catanduvas, Estado do Paraná, vem buscando cumprir com as obrigações contidas na Constituição Federal, bem como atendendo às normas gerais da Política de Assistência Social e da Criança e do Adolescente.

Assim sendo, este relatório será apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA de Catanduvas/PR, órgão normativo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social para que o mesmo avalie e emita parecer a fim de aprovar este Relatório de Gestão do 6º bimestre de 2017, tendo em vista que o mesmo atende o estabelecido pela legislação em vigor.

Catanduvas/Paraná, 08 de janeiro de 2018.

  
**SUELI ALVES GARCIA DE SOUZA**  
Secretária M. de Assistência Social  
Decreto nº 05/2017

  
**GEFFERSON PAVAN**  
Contador  
CRC PR-058882/O-0